

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 483 - Brasília, segunda-feira, 16 de junho de 1997



Jefferson Peres pede uma discussão com "serenidade e seriedade"



Geraldo Melo critica quem atribui irregularidades a todo o Congresso

Jefferson e Melo reacendem debate do parlamentarismo no plenário

Vinculação da venda de votos no Acre com o sistema presidencialista provocou a discussão em torno da conveniência de se mudar a forma de governo

Adoção de criança no exterior poderá ser acompanhada

Para evitar a adoção ilegal e o desaparecimento de crianças brasileiras no exterior, a senadora Benedita da Silva apresentou projeto de lei determinando a embaixadas e consulados o acompanhamento de todas as adoções. **Página 5**

Hollanda quer reforma profunda no Judiciário

Mutirão na Justiça Federal em Pernambuco acelerou quase 10 mil processos parados há anos e fez o senador Joel de Hollanda defender a reforma completa "de todo o arcabouço da Justiça no país". **Página 5**

Covas fala amanhã na CPI dos Precatórios

A CPI dos Precatórios, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), reúne-se às 17 horas de amanhã para ouvir o governador de São Paulo, Mário Covas. Também nesta terça-feira, às 10 horas, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) discutirá a proposta de emenda à Constituição que modifica o sistema previdenciário.

Já na quarta-feira, às 10h,

a CCJ apreciará diversas matérias, entre as quais projetos de autoria da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) dispoendo sobre a instituição da cota mínima de 20% das vagas nas universidades públicas para alunos carentes. Outra proposta a ser examinada é a do senador Valmir Campelo (PTB-DF) que propõe o transporte coletivo urbano gratuito, em dias de eleições.

NESTA EDIÇÃO

Nabor pede apoio para restringir gasto com vereador

Página 3

Mauro concorda com política de incentivos ao NE

Página 7

Bezerra busca mais ação do governo no Centro-Oeste

Página 6

O parlamentarismo, com todas as vantagens sobre o presidencialismo, só não vingou até hoje pelo fato de que nunca foi tentado a sério pelas elites brasileiras. A tese foi levantada por Jefferson Peres, no plenário, sexta-feira, quando acusou o regime presidencialista brasileiro de ser "uma fábrica de crises e escândalos que volta e meia paralisa o processo decisório governamental". A afirmação provocou a reação de Geraldo Melo, para quem "a população brasileira não aceitará o sistema parlamentarista enquanto não confiar nos parlamentares que integram o Legislativo".

Página 3

ACM recebe grupo do Diálogo Interamericano

Se a eleição presidencial fosse hoje, FHC estaria reeleito, segundo o presidente do Senado, que destacou a importância das reformas e as dificuldades para implementá-las

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse a uma delegação de integrantes da organização internacional Diálogo Interamericano que a reeleição do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, estaria garantida com facilidade caso o pleito fosse realizado agora. As reformas e o papel do Senado foram outros pontos abordados durante a conversa.

Antonio Carlos lembrou que a reforma política é indispen-



O presidente do Senado conversa com a delegação internacional para trazer o fortalecimento dos partidos, mas previu que o sistema ideal para o Brasil, com três partidos no máximo, vai demorar ainda, por não fazer parte de nossa cultura, e só

deverá ser implantado num prazo de dez a vinte anos.

O presidente do Senado creu que o ingresso do Brasil no Conselho de Segurança da ONU favoreceria os Estados Unidos, que teriam mais um aliado. O senador reclamou que, depois da votação de pontos de interesse norte-americano, como as leis regulando a produção industrial e o software, e a aprovação do projeto Sivam, ficou difícil para o Brasil aceitar retaliações contra seus produtos pelos EUA.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

16h - Recebe o presidente provisório do Senado da República Argentina, senador Eduardo Menem

16h30 - Recebe o secretário-executivo da Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), José Antonio Carletti

17h - Recebe o ministro do Supremo Tribunal Federal, Ilmar Galvão

17h30 - Despachos internos

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (17.06.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC n° 89/93, que institui, em todo o território nacional, a notificação compulsória para os casos de intoxicação humana por produtos e substâncias químicas ou agentes biológicos, que tenham recebido atendimento hospitalar ou ambulatorial; *PLC n° 190/93, que dispõe sobre fornecimento gratuito de registro extemporâneo de nascimento; *PLC n° 25/95, que dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental - APA no distrito de Joaquim Egdio, município de Campinas - estado de São Paulo; e *Projeto de Resolução n° 71/97, que autoriza o estado do Rio Grande do Sul a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US\$ 150 milhões, destinados ao financiamento de parte do programa de rodovias daquele estado.

Quarta-feira (18.06.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC n° 75/93, que acrescenta dispositivo ao art. 20 da Lei n° 8.036/90, para permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS do aposentado, na condição que especifica; e *PDL n° 19/97,

que aprova o texto do Acordo por troca de notas, que incorpora os parágrafos 4, 5 e 6 ao artigo V do Acordo para a construção da Ponte São Tomé e São Borja, celebrado entre os governos do Brasil e da Argentina, em Buenos Aires, em 17.11.95.

Quinta-feira (19.06.97)

14h30 - Agenda em aberto

Sexta-feira (20.06.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (17.06.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Discussão da PEC n° 33/96, que modifica o sistema de Previdência Social. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Exposição do governador do estado de São Paulo, Mário Covas. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Quarta-feira (18.06.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS n° 13/95, que dispõe sobre a instituição da cota mínima de 20% das vagas das instituições públicas de ensino superior para alunos carentes; *PLS n° 310/95, que altera dispositivos da Lei n° 9.112/95, que dispõe sobre a exportação de bens sensíveis e serviços diretamente vinculados; *PLS n° 11/96, que dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte coletivo urbano, em dias de eleições, a eleitores residentes nas zonas urbanas; e *PLS n° 119/96, que dispõe sobre a responsabilidade do autor de ação de impugnação de mandato eletivo, se temerária ou de má fé. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação da *Mensagem n° 107/97, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do tenente-brigadeiro-ar João Felipe Sampaio de Lacerda Júnior para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga reservada a oficial-general da Aeronáutica, da ativa e do posto mais elevado da carreira, e decorrente da aposentadoria compulsória, por implemento de idade, do ministro Jorge José de Carvalho. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa



Francelino Pereira

Francelino vê Itamar como alternativa

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) elogiou o caráter e a capacidade administrativa do ex-presidente Itamar Franco, ressaltando que ele, se não disputar a Presidência da República, poderá concorrer ao governo de Minas Gerais pelo PFL. Na opinião do senador, Itamar "é um nome significativo como alternativa ao presidente Fernando Henrique Cardoso".

Francelino Pereira disse que Itamar Franco merece sempre uma palavra de carinho e a solidariedade, por ser "um mineiro de caráter, exemplar no comportamento, na conduta e no exercício da vida política". Lembrou que Itamar foi prefeito de Juiz de Fora (MG) por duas vezes e destacou que a população da cidade tem por ele, "seu líder e representante", grande admiração.

O senador comentou encontro que teve com o ex-presidente no Hotel Nacional, em Brasília, quando, horas após ter jantado com Fernando Henrique Cardoso no Palácio da Alvorada, Itamar Franco lhe comunicou ter dito ao presidente que estava sendo instado por lideranças políticas a concorrer à Presidência da República.

Francelino lhe disse, então, conforme relatou, que, se Itamar Franco não optasse por disputar o cargo de presidente, poderia concorrer ao governo do estado. Segundo o senador, o ex-presidente lhe respondeu que iria refletir sobre o assunto e que não tomaria qualquer decisão antes de voltarem a conversar.

Parlamentarismo é solução para evitar crises, diz Jefferson

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) apelou sexta-feira aos senadores para que voltem a discutir com "serenidade e seriedade" uma opção parlamentarista de governo. A seu ver, esse sistema, "com todas as evidentes vantagens técnicas, processuais e institucionais que tem sobre o presidencialismo, só não vingou até hoje pelo simples fato de que nunca foi tentado a sério pelas elites brasileiras".

- O presidencialismo no Brasil foi, é e sempre será uma

fábrica de crises e escândalos que volta e meia paralisa o processo decisório governamental, comprometendo a capacidade administrativa de atender às prioridades nacionais e cuidar do progresso e do bem-estar do povo.

Na opinião de Jefferson Peres, o recente episódio da venda de votos para aprovar a emenda da reeleição na Câmara mostra a necessidade de se fazer uma reestruturação do sistema partidário e eleitoral brasileiro.



Nabor Júnior

Nabor quer limitar gasto com vereador

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu o apoio dos senadores para a proposta de emenda à Constituição que apresentará em breve, visando limitar em 10% da receita municipal os gastos com o funcionamento das câmaras de vereadores.

A medida, segundo explicou, visa coibir abusos verificados principalmente em pequenos municípios, onde as câmaras estão absorvendo valores que superam 20% da receita. "Quem perde com esses exageros são as populações, que ficam privadas dos benefícios de que necessitam", disse o senador.

Nabor Júnior relatou que, em recente visita feita ao interior do Acre, pôde constatar, em contato com inúmeras prefeituras, que as distorções se agravam à medida que aumenta a pobreza do município. Como exemplo citou o município de Rodrigues Alves, onde a Câmara Municipal e nove vereadores consomem 22% da receita local. Ele ressaltou que, apesar de todas as denúncias contra a Câmara e o Senado, os dois órgãos do Legislativo consomem menos de 1% do Orçamento da União.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) se disse "estupefato" com as informações de Nabor sobre as despesas das câmaras municipais. Ele informou que no Paraná a média de gastos das câmaras municipais não ultrapassa 1,3% da arrecadação de impostos da cidade.

Melo acha que povo não aceita o sistema

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) disse sexta-feira que a população brasileira não aceitará o sistema parlamentarista de governo enquanto não confiar nos parlamentares que integram o Legislativo.

Ele criticou os que atribuem, a todo o Congresso, irregularidades cometidas por uma minoria, como a venda de votos para aprovar a emenda da reeleição, e considerou inexplicável que isso aconteça no Brasil.

Conforme o senador, quando um representante parlamentar da Inglaterra foi encontrado morto numa cena que indicava a prática de homossexualismo, nenhum jornal inglês afirmou no dia seguinte que toda a Câmara dos Comuns era constituída de homossexuais.

Em sua opinião, no Brasil, acontece o contrário e exemplo disso foram as manifestações de hostilidade que parlamentares honestos tiveram que ouvir no aereo-

porto de Brasília quando das denúncias contra os deputados acreanos.

- Uma minoria não dá direito a ninguém de dizer que o Parlamento não presta. Todos que constituem a maioria dessa Casa merecem o respeito do Estado brasileiro. E enquanto contribuirmos com demagogia para desmoralizarmos o Congresso, não teremos o parlamentarismo. O povo brasileiro só o acatará quando respeitarmos o Legislativo.

Ao contrário de Jefferson Peres (PSDB-AM), que atribui ao presidencialismo a facilidade de ocorrência de fatos como o da compra dos votos dos deputados acreanos, Geraldo Melo entende que essa conexão não existe. Em aparte, Jefferson disse que não são discursos de crítica ao Parlamento que atingem o Congresso, mas os atos praticados pelos congressistas, como o corporativismo, que protege deputados, impedindo-os de serem processados na Justiça comum.

Requião aponta contradição de Malan sobre valor do Bamerindus

"Se é verdadeiro que o banco valia zero, por que os sócios foram indenizados em quinhentos milhões de dólares?", questiona senador

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) disse sexta-feira que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, foi contraditório ao afirmar, no último dia 11 (quarta-feira), no plenário do Senado, que o Banco Bamerindus valia um número entre zero e menor que zero.

- Se é verdadeiro que o Bamerindus valia zero, por que os sócios do banco foram indenizados em 500 milhões de dólares? Nesse caso, o Banco Central está devendo, ao Erário, 500 milhões de dólares, além de ter dado de presente 1.300 agências de um banco brasileiro a um grupo estrangeiro e ficado com a parte questionável da herança patrimonial da instituição - afirmou.

De acordo com Requião, o senador José Eduardo Andra-



Roberto Requião

de Vieira (PTB-PR), ex-dono do Bamerindus, vai processar o governo pelos atos que levaram à alienação do banco.

CORRUPÇÃO

Requião fez denúncias sobre superfaturamento em obras no porto de Paranaguá (PR). Segundo ele, um acidente envolvendo um *container* e um guindaste impediu a utilização de um dos *decks* do porto e foi aberta concorrência

para empresas fazerem o conserto. "Foram apresentadas três propostas: duas empresas ofereceram seus serviços por R\$ 140 mil e uma terceira propôs R\$ 150 mil. Mas o superintendente do porto recusou as três propostas, dispensou a licitação e contratou uma quarta empresa, a Enavi - Reparos Navais, por R\$ 545 mil, sendo que o porto ficou obrigado a pagar o INSS", informou Requião.

O senador assinalou que o secretário estadual de Transportes admitiu ter sido "obrigado a sujar as mãos" na prorrogação do contrato entre o porto de Paranaguá e uma empreiteira responsável pela construção de um terminal de *containers*. "Até a assinatura do governador foi falsificada", denunciou Requião.



Gilvam Borges

Gilvam defende pagamento de funcionários

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) destacou a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de emenda incluída na reforma administrativa que confere à União a obrigação de custear a folha de pagamento dos servidores públicos dos ex-territórios do Amapá e de Roraima.

Segundo o senador, a aprovação da emenda tranquiliza os trabalhadores e dá aos estados do Amapá e Roraima mais tempo para solidificarem suas estruturas econômicas locais. Gilvam lembrou que a Constituição de 1988, ao dispor sobre a criação do estado do Amapá, fixou em 10 anos o prazo de transição para que o novo estado assumisse os ônus com o pessoal do antigo território federal. Com a emenda - prosseguiu - reconheceu-se não ser factível os novos estados assumirem, de uma só vez, e em tão pouco tempo, as despesas com os servidores federais dos ex-territórios.

- Se para os estados recém-criados o pagamento dos funcionários representaria um enorme incremento em suas despesas, para a União, além desse custo ser proporcionalmente pequeno, ele tende a decrescer a cada ano, haja vista que os servidores dos ex-territórios constituem quadro em extinção - disse o senador.

Gilvam Borges congratulou ainda os deputados da banca do Amapá e o governo federal pela aprovação da emenda e destacou que a alteração do texto constitucional na Câmara respeita os direitos adquiridos dos servidores públicos dos extintos territórios.

Geraldo Melo pede ao governo uma solução definitiva para o Bandern

Ao lembrar que, há sete anos, o Banco do Estado do Rio Grande do Norte (Bandern) "sofreu uma inexplicável intervenção do Banco Central", o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) pediu sexta-feira que o governo federal dê uma solução definitiva para a questão. "Meu objetivo é pedir que o caso seja considerado com a mesma seriedade e patriotismo com que foram tratados os problemas dos grandes bancos dos grandes estados", argumentou o parlamentar.

Ele informou que é dramática a situação dos depositantes e devedores do Bandern, entre os quais se encontram 1.581 mutuários da carteira rural, devedores de R\$ 20 mi-

lhões, lutando para obter algum tipo de negociação ou composição de suas dívidas. E reclamou: "Agora, o Banco Central exige que, para fazer isso, é necessário que a liquidação deixe de ser extrajudicial e que o estado do Rio Grande do Norte aceite uma série de exigências. Mais uma vez, fica difícil a solução".

Sustentando que essa intervenção atingiu um "estado de gente séria e trabalhadora", Geraldo Melo explicou que os pequenos depositantes do Bandern não têm ninguém para defendê-los. "a não ser a voz solitária de um senador ou deputado federal sem nenhuma esperança de conseguir uma solução ao menos parecida com a dos depositantes do

banco Vektor". Referia-se ao fato de que os investidores estrangeiros do banco Vektor foram autorizados, pelo Banco Central, a transferir seus recursos para outras instituições financeiras quando aquele estabelecimento sofreu intervenção extrajudicial.

O senador Geraldo Melo queixou-se do fato de que, quando do lançamento do Proer (Programa de Reestruturação do Sistema Financeiro), argumentou junto ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, e ao presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, sobre a necessidade de uma solução definitiva para o Bandern. Malan teria reagido favoravelmente à idéia, mas nada aconteceu.

Embaixadas poderão acompanhar adoções

*Proposta de Benedita da Silva visa evitar desaparecimento e "comércio de crianças".
Senadora quer também agravar pena de quem explora sexualmente adolescentes*

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) apresentou projeto de lei determinando às embaixadas e consulados brasileiros que acompanhem crianças do Brasil adotadas por estrangeiros. O objetivo é evitar o desaparecimento de crianças e a adoção ilegal.

A proposta modifica um dos artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente e obriga o juiz que deferir uma adoção de criança brasileira por casal de estrangeiros a enviar cópia da decisão às embaixadas, consulados ou serviços diplomáticos do Brasil no país onde a crian-



Benedita da Silva

ça irá morar.

- Algumas pessoas chegam a afirmar que "no Brasil não existe adoção, e sim comércio de crianças". Existe no país toda uma engrenagem que se movimenta não com os fins puros da adoção, mas com o objetivo do lucro fá-

cil, aproveitando-se da situação miserável das crianças, dos pais e do desespero dos casais estrangeiros para realizar, a qualquer preço, o sonho de ter um filho. O projeto leva o governo brasileiro a acompanhar o destino de nossas crianças adotadas - justificou.

Benedita da Silva anunciou ainda a apresentação de outro projeto para mudar o Código Penal brasileiro, agravando a pena de quem explora sexualmente uma criança ou adolescente, encaminhando-a a casas de prostituição.

A senadora lamentou que,

três anos depois de concluída a CPI da Câmara dos Deputados que investigou a prostituição infanto-juvenil, da qual ela fez parte, as autoridades praticamente nada fizeram e a situação continua quase a mesma. "Existem estatísticas informando que mais de 500 mil crianças e adolescentes são hoje exploradas sexualmente no país." De positivo, ela destacou a conscientização no país contra esse tipo de abuso. Benedita elogiou recente reportagem do jornal *O Globo*, que denunciou, inclusive com fotos, a prostituição infantil em Manaus.

Hollanda elogia mutirão e defende reforma estrutural do Judiciário

Ao elogiar o mutirão judiciário realizado pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Pernambuco, que julgou quase 10 mil processos parados há quase três anos, o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) defendeu uma reforma estrutural e completa "de todo o arcabouço da Justiça no país".

Segundo ele, o TRF da 5ª Região despachou, em cerca de dois meses, 3.368 processos, enquanto que, durante todo o ano de 1996, apenas 5.328 processos foram devidamente analisados. Mesmo assim, Hollanda afirmou que mais de 18 mil processos se encontram em tramitação e cerca de 9 mil estão à espera de protocolo ou decisões superiores.

Citando a opinião de especialistas, Hollanda afirmou que o simples aumen-

to do número de juízes e a informatização dos tribunais não são suficientes para dar maior agilidade ao sistema judiciário. A seu ver, deve haver uma mudança na legislação, uma melhora na preparação intelectual dos magistrados e dos funcionários, e mais eficiência no sistema de fiscalização das corregedorias e no controle externo do Judiciário.

Além dessas medidas, Hollanda defendeu "o combate eficaz ao nepotismo que envergonha os gabinetes da Justiça brasileira, o descumprimento dos prazos, pelos juízes, e o poder de pressão exercido pelos chefes de secretaria, que impedem o bom andamento dos trabalhos judiciais".

Ele lembrou que o atual Código Processual brasileiro é de 1973, quando o Brasil tinha apenas cerca de 90 milhões de habitantes e a sua realidade



Joel de Hollanda

urbana e sócio-econômica era menos complexa do que a dos dias de hoje.

Na opinião do senador, só a modernização política do país será capaz de garantir a estabilidade das instituições, favorecer o desenvolvimento e consolidar o regime democrático. Ele acredita que a nova realidade exige reformar o Judiciário e inseri-lo no contexto da necessidade de criação de um novo Estado Nacional, moderno e dinâmico.

Atenção, usuários de antena parabólica, repetidoras e operadoras de TV a cabo

Informações para recepção do sinal da TV Senado

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência TX (Banda - C)

- 5869,40 Mhz

Frequência RX (Banda - C)

- 3644,40 Mhz

Frequência RX (Banda -L) -

1505,60 Mhz

Antena - 3,6 m

LNB - Temperatura 25 K

(Amplificador de Baixo Ruído)

Receptor de Vídeo/Audio Digital

NTSC Spectrum Saver - Modelo: N6S

Integrated Receiver/Decoder (IRD)

Fabricante: CLI (Compressed Digital Video)

Fornecedor: COMSAT - Fone (019) 772 9600

Obs.: Fixar o Data Rates em 6,6 Mb/s.

Lobão julga negativa ação do MEC no ensino técnico

Universidade terá acesso dificultado para estudantes pobres, entende o senador, para quem o ministério inverte sua própria estratégia

O senador Edison Lobão (PFL-MA) considera que a proposta de regulamentação do ensino técnico de nível médio feita pelo Ministério da Educação, conforme vem sendo anunciada pela imprensa, "terá um efeito gravemente negativo", pois dificultará o acesso dos mais pobres ao ensino universitário.

Ele entende que a regulamentação proposta inverte "a estratégia anteriormente equacionada pelo próprio governo", que visava mudar o currículo do ensino de 2º grau,



Edison Lobão

acrescentando-lhe o aprendizado de uma profissão. Segundo explicou, pela nova proposta, o aluno de curso profissio-

nalizante que pretenda ingressar numa faculdade terá de cursar, além do ensino técnico, também o segundo grau regular.

Na opinião do senador, raros estudantes terão condições de fazer simultaneamente os dois cursos. Os ricos, observou, mesmo que talentosos para assuntos técnicos, abandonarão os cursos profissionalizantes, deixando as vagas para os mais pobres, que "jamais se conformarão com o impedimento de se lhes impor de ascenderem ao ensino superior".

Bezerra se queixa de timidez do governo com o Centro-Oeste

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) reiterou na última sexta-feira apelo ao ministro do Planejamento, Antônio Kandir, por maior presença governamental na promoção do desenvolvimento do Centro-Oeste. Segundo ele, "as iniciativas do governo federal têm sido tímidas diante das conhecidas carências e, ao mesmo tempo, das comprovadas potencialidades da região".

- Nessas condições, somos impelidos a reiterar a necessidade de providências urgentes, por parte do Poder Executivo, para que nossa região se beneficie dos mecanismos de desenvolvimento regional, entre os quais destacamos o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), que precisa ter redefinido o seu modelo de atuação - disse.

Carlos Bezerra lembrou que, embora tenham sido bem recebidas pelos setores agropecuário e de pequenos

produtores, as alterações introduzidas no sistema de financiamento do FCO têm-se revelado tímidas para ensejar uma verdadeira transformação do setor produtivo. Ele lembrou, a propósito, encontro com o ministro Antônio Kandir, no final do ano passado, para demonstrar que o FCO não é utilizado na plenitude de suas possibilidades transformadoras.

- Procuramos salientar, na ocasião, que o custo dos financiamentos está em absoluta falta de sintonia com a realidade do mercado, e que os mutuários, em sua grande maioria, vivem penosa situação de insolvência. Isso ocorre porque não há correspondência entre o saldo devedor e o valor da produção que deveria permitir a liquidação dos compromissos - explicou.

Bezerra defendeu uma ação mais "agressiva e eficaz do

FCO para alterar, definitivamente, o panorama regional. Essa eficácia passa, necessariamente, pela imediata instalação do Conselho Deliberativo, condição indispensável para a coordenação técnica e política do fundo". Além disso, segundo o senador, é preciso redefinir os setores prioritários na destinação dos empréstimos do fundo, das



Carlos Bezerra

dimensão territorial da área a ser atendida e a limitação dos recursos.

O senador fez questão de destacar as dificuldades enfrentadas por numerosos mutuários, que se tornam inadimplentes. Como os recursos provêm de uma única fonte e de um único agente repassador, ele assinalou que fica facilitada a renegociação dos contratos.

Rondônia está fora do Pronaf, reclama Odacir

O senador Odacir Soares (PFL-RO) denunciou que até o Banco do Brasil pede aos técnicos da Emater que não divulguem o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em Rondônia, porque não há dinheiro para emprestar aos pequenos produtores. Ele lamentou a concentração dos financiamentos do Pronaf na região Sul.

- Até o final de setembro do ano passado, o programa havia aplicado em Rondônia apenas R\$ 1.330,20, pouco mais de dez salários mínimos. No mesmo período, a região Sul recebeu R\$ 42,9 milhões - comparou o senador.

Depois de mostrar a importância de se apoiar a agricultura familiar, que responde por 75% de todas as propriedades rurais do país, Odacir Soares lamentou que até os sem-terra conseguem financiamentos em melhores condições que os produtores que trabalham a terra "há anos com suas famílias".

Os sem-terra obtêm financiamentos com juros de 6% ao ano e podem ter um desconto da metade da dívida se não atrasarem as prestações. Já os pequenos agricultores familiares têm de pagar os 6% ao ano mais a metade da Taxa de Juros de Longo Prazo. Esses pequenos agricultores nunca têm desconto, conforme o senador.

Odacir Soares pediu ao ministro da Agricultura a liberação de recursos do Pronaf para Rondônia, porque o estado é ocupado quase que só por pequenos agricultores, que receberam terras nos assentamentos do Incra. Ele solicitou ainda a instalação de uma agência do Banco Nacional da Agricultura Familiar (BNAF) em Rondônia.

Mauro aplaude incentivos para Nordeste

Determinação do governo de manter benefícios para a região, reafirmada pelo ministro Lampreia, indica "novos tempos de um país amadurecido", segundo o senador

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) apoiou a "firme decisão do governo brasileiro", transmitida pelo ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, de manter os incentivos fiscais para os empreendimentos automotivos que se instalem no país.

Segundo ele, essa postura indica "novos tempos de um país amadurecido, soberano e livre de pressões internacionais para prover e defender as suas políticas internas de desenvolvimento".



Mauro Miranda

- O ministro, quando afirma que os benefícios serão garantidos, mesmo sob o risco de desagradar os nossos parceiros comerciais, lança uma atmosfera de

confiança nas futuras possibilidades do Nordeste e do Centro-Oeste, as duas regiões que vão abrigar os 25 novos projetos industriais para a produção de automóveis, caminhões, tratores e motocicletas.

Mauro Miranda disse acreditar que os diplomatas brasileiros "saberão encontrar argumentos poderosos", em Genebra, para convencer a União Internacional de Comércio de que o Brasil "está trilhando caminhos legítimos de afirmação econômica".



Esperidião Amin

Amin apóia funcionários da Embrapa

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) solidarizou-se com os funcionários da Embrapa que reivindicam reajuste salarial e do valor do vale-refeição, adicional de produtividade e extensão do auxílio-creche para crianças de até seis anos.

O senador disse que, segundo informações do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Instituições de Pesquisa Agropecuária e Florestal (Sinpaf), esses funcionários não puderam firmar acordo com a Embrapa porque a empresa alegou depender, para isso, de orientação e autorização do Comitê de Controle das Empresas Estatais (CEE). Diante desse fato, o sindicato da categoria optou pela homologação na Justiça.

Após enfatizar a necessidade de se estimular o desempenho dos bons profissionais com a adequada retribuição salarial, o senador Esperidião Amin solicitou à direção da Embrapa e ao CEE que atendam as reivindicações, "reconhecendo desta maneira o trabalho dedicado e eficiente que muito tem ajudado a população de nosso país".

Alcântara enaltece política de Jereissati para dar água ao Ceará

A modernização da agricultura do Ceará, por intermédio da irrigação, em consequência da política de exploração de recursos hídricos implementada naquele estado, foi destacada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Na sua opinião, o governo Tasso Jereissati está realmente enfrentando "o desafio secular" de dotar o Ceará de oferta permanente de água.

O senador afirmou que o plano pioneiro de recursos hídricos do governo já é visível, e dá como exemplo a adutora de Ibiapava, que transporta água a partir do açude Jaburu, resolvendo o problema de abastecimento na região. Ele citou ainda a

adutora do Sertão, que abastece de água tratada vários municípios, e os poços que estão sendo escavados, recuperados e dotados de dessalinizadores. Estes poços estão na rota dos carros-pipa, que deverão ser retirados de circulação em consequência da oferta de água, afirmou.

Lúcio Alcântara ressaltou também os programas que beneficiarão as cidades, como o de aumento de açudes e adutoras; o que pretende a integração de bacias hidrográficas na região; e o que adota técnicas de conservação da natureza para recuperação de áreas degradadas.

- Toda essa estratégia é baseada num planejamento cuja palavra-chave é integração. Integração no sentido de juntar água a solo agricultável, com energia e estradas para o escoamento da produção. Integração também significa a atração de empresas-âncora, que



Lúcio Alcântara

sabam como lidar com agricultura irrigada e como vender os produtos, estimulando uma rede de fornecedores, que podem ser formados pelos agricultores nos distritos de irrigação devidamente recuperados e emancipados - acrescentou.

Direitos do cidadão seguem para a Câmara

Projetos de lei apresentados por senadores e aprovados, em caráter terminativo, pelas comissões onde foram examinados, seguirão para apreciação e votação na Câmara dos Deputados. São iniciativas cujo objetivo é preservar os direitos dos cidadãos, como a que proíbe o passageiro de fumar em vôos comerciais com duração inferior a duas

horas. Originalmente, ele previa a proibição em todos os vôos, independentemente da duração, mas no substitutivo foi limitado aos 120 minutos. Outro projeto pretende defender deputados e senadores de possíveis agressões sofridas no exercício de suas prerrogativas de representantes eleitos. As penas poderão variar de dois até 30 anos de prisão.

Rigor para crime contra parlamentar

Aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, foi enviado à Câmara projeto do senador Odacir Soares (PFL-RO) que tipifica como crime contra o livre exercício do Poder Legislativo ofender a integridade corporal ou a saúde de deputado federal ou senador.



Odacir

O projeto prevê pena de reclusão de dois a 10 anos, se a lesão ocasionada for leve. Se grave, reclusão de três a quinze anos. Em caso de morte, a pena cominada pode chegar a trinta anos, e o julgamento desses casos ficará sob a responsabilidade da Justiça Federal.

- Não são poucos os casos de agressão a parlamentares - justificou o senador, acrescentando que é preciso respeitar a integridade física de quem exerce mandato popular.



Valmir Campelo



Pedro Simon

FGTS poderá ajudar na compra de terrenos

Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), foi aprovado o substitutivo do senador Valmir Campelo (PTB-DF) ao projeto de Pedro Simon (PMDB-RS) que permite a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para a aquisição de terreno destinado à construção de casa própria.

Pelo projeto, terão direito ao benefício trabalhadores que comprovarem renda familiar de até R\$ 700,00 e vínculo empregatício de no mínimo três anos sob o regime do FGTS. A obra deverá ser executada no prazo máximo de 24 meses.

Emenda apresentada

pelo senador Gerson Camata (PMDB-ES) estabelece que a casa construída não poderá ser objeto de negócios durante cinco anos, a partir da conclusão das obras. Outra emenda incorporada ao parecer do relator, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), determina um limite para a utilização do FGTS neste programa.

Simon esclarece que as possibilidades de utilizar-se esse empréstimo para especulação imobiliária estão neutralizadas pela fixação do limite da renda do público a ser atendido e do prazo para construção da moradia.

Vôo de duas horas sem fumaça a bordo

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) aprovou projeto do senador Romero Jucá (PFL-RR) proibindo fumar em aeronaves comerciais brasileiras, em todo o território nacional, em vôos de duração igual ou inferior a duas horas.



Jucá

O projeto foi aprovado na forma do substitutivo do relator, senador Valmir Campelo (PTB-DF). O documento obriga as companhias de transporte aéreo a dar conhecimento da proibição aos passageiros, ao emitir o bilhete ou passagem, ao expor as instruções de segurança e fixando avisos dentro da cabine, em locais visíveis.

Originalmente, o projeto de Romero Jucá proibia o fumo em todos os vôos comerciais no território brasileiro.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES GERALDO MELO, NABOR JÚNIOR E CARLOS PATROCÍNIO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vôos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília.

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Heival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - Domingos Mourão Neto

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.